


Estrutura e história. A ‘lógica histórica’ nas abordagens de E. P. Thompson e a “teoria da história” de Marshall Sahlins

Structure and history. The ‘historical logic’ in E. P. Thompson’s approaches and Marshall Sahlins’ “theory of history”

Flaviane Ribeiro Nascimento

 <https://orcid.org/0000-0002-5676-4398>

Instituto Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

Resumo: Este artigo pretende uma análise sobre como o historiador E. P. Thompson e o antropólogo Marshall Sahlins refletiram sobre a temporalidade nos/dos processos históricos por meio das suas abordagens sobre estrutura e história. Com base em análise bibliográfica, avalio os pontos de aproximação, de encontros e desencontros da “lógica histórica” de Thompson e uma “teoria da história” de Sahlins, apontando, mediante essa reflexão, como os campos da história e da antropologia se avizinha(ra)m, notadamente a partir de c.1970, impactando sobremaneira uma abordagem da história social na qual as estruturas estão contidas na história e são submetidas à contingência da ação-experiência humana, num movimento dialético constante. Por fim, concluo que a aproximação entre E. P. Thompson e Marshall Sahlins está na centralidade, para ambos, da *ação-experiência-dos-sujeitos*, que, para eles, informa sobre o *acontecimento-evento-atípico-singular* e as *estruturas de repetição* na história; já o materialismo histórico, do qual decorre uma concepção de práxis-agência diversa, os afasta. Mas é na pluralidade temporal da história que eles se encontram.
Palavras-chave: Estrutura. História. Experiência. Práxis. História Social.

Abstract: This article intends to analyze how the historian E. P. Thompson and the anthropologist Marshall Sahlins reflected on temporality in/of historical processes through their approaches to structure and history. Based on a bibliographic analysis, I evaluate the points of approximation, of encounters and disagreements of Thompson's "historical logic" and a "theory of history" of Sahlins, pointing out, approaches this reflection, how the fields of history and anthropology approached, notably from c.1970, greatly impacting an approach to social history in which structures are contained in history and are subjected to the contingency of human action-experience, in a constant dialectical movement. Finally, I conclude that the approximation between E. P. Thompson and Marshall Sahlins lies in the centrality, for both, of the *action-experience-of-subjects*, which, for them, informs about the *event-atypical-singular-event* and the *structures of repetition* in the history; on the other hand, historical materialism, from which a different conception of praxis-agency derives, distances them. But it is in the temporal plurality of history that they meet.

Keywords: Structure. Story. Experience. Praxis. Social History.

A experiência humana e seu processamento consciente estão na base da constituição dos campos científicos da Antropologia e da História. São conhecidos em ambos os campos as confrontações e aproximações, não apenas pelas comparações entre métodos e procedimentos, objetos e objetivos, mas de definição da abordagem dessa experiência, notadamente da sua criatividade e produção simbólica em relação ao tempo



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

(fosse síncrono ou diacrônico). Nesse processo de confrontações e aproximações, criou-se delimitações entre esses campos, mas também foram apontadas algumas zonas de interlocuções.¹ É objetivo deste texto uma análise-aproximação entre E. P. Thompson e Marshall Sahlins, um historiador e o outro antropólogo, ambos atentos às contribuições de um e do outro campo, perscrutando, respectivamente, a “lógica histórica” e a “teoria da história” que dão inteligibilidade às suas abordagens no âmbito da crítica ao estruturalismo.²

Esse campo semântico comum já foi abordado em outros trabalhos, geralmente apontando para a “reação estruturalista” no campo dos estudos antropológicos, no caso de Sahlins, e para Thompson como um expoente, na História, do diálogo com a antropologia na produção de uma historiografia atenta à dimensão da cultura. Nesse caso, destacam uma noção em comum de cultura histórica, *locus* de (re)produção da existência, em oposição às noções trans-históricas que permeavam as abordagens antropológicas (SILVA, 2005)³. É a partir desse debate que Rosa (2009) realiza uma análise da crítica ao estruturalismo no âmbito do “pensamento marxista” – onde esses autores estão localizados – e de seus desdobramentos em seus respectivos campos. É nesses termos que essa aproximação teórica dos referenciais de Thompson e Sahlins também é observada na análise dos conceitos de “experiência” e “cultura” presente em ambos (Cf. VASCONCELOS e FRANKLIN, 2019). Sahlins, por exemplo, é chamado com frequência nas reflexões que pretendem identificar as bases dialógicas do pensamento thompsoniano, especialmente com relação ao tema base/superestrutura ou produção/consciência, quando, em geral, destaca-se uma (suposta) noção comum de cultura mobilizada por eles, como fizeram Vasconcelos e Franklin (2019).

Alerto para o fato de não se pretender, aqui, uma narrativa gnosiológica sobre os campos da antropologia e/ou da história por meio desses intelectuais, tampouco tratar especificamente dessa crítica ao estruturalismo ou investigar as bases epistemológicas dos autores, mas, tão somente, identificar como eles opera(ra)m com as noções de estrutura e de história no processo de conhecer e fazer compreender as experiências humanas no tempo, apontando, inclusive, para os desencontros e possíveis divergências entre ambos. A aproximação aqui pretendida tem origem na centralidade atribuída por E. P. Thompson e Marshall Sahlins a ação-práxis humana na história, aos processos disruptivos nas estruturas de repetição, às discontinuidades nas continuidades. Segundo Ortner (2011), esse paradigma, emergente a partir de c.1970, visava uma reação direta ao estruturalismo, denominado *teoria da prática*, muito embora essa *prática* seja mais que uma teoria, e consista em um “símbolo-chave de uma orientação teórica” (ORTNER, 2011, p. 420) e por meio dela uma variedade de teorias e métodos se desenvolve(ra)m ao pretenderem explicar a inter-relação estabelecida entre, de um lado, a ação humana e, de outro, alguma entidade global – sistema, estrutura, ordem. Essa aproximação entre Thompson e Sahlins, portanto, informa também sobre o contexto político, historiográfico e antropológico – quiçá, das ciências! – nos anos c.1970 e c.1980.⁴

Em artigo publicado em 1984⁵, que pretendeu historiar a teoria na Antropologia, dizia

¹ Alguns textos exemplos desse debate são: FABIAN (2013); EVANS-PRITCHARD (1990); LÉVI-STRAUSS (2008 e 2004); SCHWARCZ (1999); e THOMPSON (2001).

² Esses conceitos, flagrados, respectivamente, em ambos os intelectuais, serão referenciados oportunamente, ao longo deste texto.

³ Outra abordagem, recorrente, que os coloca lado a lado, são os estudos que discutem as contribuições da Antropologia para a Nova História Cultural, os quais não tratarei aqui, tendo em vista os objetivos deste artigo.

⁴ Sobre as trajetórias de Thompson e Sahlins, bem como seus respectivos contextos de produção, ver: MATTOS (2012) e SCHWARTZMAN (2018).

⁵ A versão aqui utilizada é a de ORTNER (2011).

Sherry Ortner:

tem havido um crescente interesse em análises centradas em algum termo de um grupo de termos inter-relacionados, a saber: prática, práxis, ação, interação, atividade, experiência, performance. Um segundo grupo de termos, muito próximos àqueles, coloca o enfoque sobre quem realiza as ações: agente, ator, pessoa, *self*, indivíduo, sujeito (2011, p. 440. Grifo no original).

O que Ortner apontava era a emergência de um paradigma centrado no sujeito, na agência, na prática, que, tanto para Sahlins quanto para Thompson, passava por considerar a *experiência* promotora de *acontecimentos-eventos-conflitos*, portanto elemento fundamental de processos disruptivos na história - era a experiência humana transformadora no/do sistema. Há aqui outra dimensão dessa aproximação, respectivamente um diálogo e uma defesa da tradição marxista e do materialismo histórico. Naqueles anos estava no horizonte uma metodologia de abordagem histórica das experiências e das estruturas em resposta ao estruturalismo por meio de confrontações desestabilizadoras, mas dialógicas, especialmente entre Antropologia e História. Ali, Thompson e Sahlins propuseram pensar a estrutura na história numa época em que o estruturalismo era bastante criticado pela suposta impossibilidade teórica de enfrentar a ação, o evento.

Importa destacar, ainda, as contribuições de Clifford Geertz (1989) nesse contexto e para as abordagens de Thompson e Sahlins, na medida em que suas proposições em favor de uma antropologia concentrada em *interpretar* significados da vida social, onde a cultura é entendida no plural e como um sistema simbólico entrelaçado de signos interpretáveis porque estruturas de significados socialmente estabelecidos, levaram a pensar o ser humano na história como um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo tece. Essa antropologia simbólica abriu caminhos para uma teoria da *prática* que buscava uma explicação dos significados simbólicos das experiências e das tradições dentro de determinados sistemas. É aqui que encontramos Thompson, a história, a práxis e o conflito, e, adiante, Sahlins, a história, a ação e o evento – a história na estrutura e a estrutura na história. De modo que, por meio desses encontros e desencontros nos respectivos programas de pesquisa e abordagens, pretendo, por fim, uma reflexão sobre a história social, na qual o imperativo da “agência” dos “de baixo” evidencia a aproximação com essa antropologia⁶.

E. P. Thompson e a pluralidade do tempo histórico. A *experiência* na estrutura

Ao estudar uma certa “venerável tradição” rebelde na Inglaterra do século XVIII, nas palavras de Peter Linerbaugh (1983, p. 10), Thompson vai ao encontro da cultura popular. Aliás, o próprio Thompson diz ter-se deparado “com problemas de recuperação e compreensão da cultura popular e do ritual” ao estudar a história social inglesa do século XVIII, segundo ele, problemas mais “próximos às preocupações da antropologia social” (THOMPSON, 2001, p. 227). Em seu programa de estudo, no campo da tradição marxista, estava a *formação da classe operária* no âmbito da formação do capitalismo na Inglaterra.⁷ É no interior desse programa de pesquisa – e político – que identificamos sua ruptura com o stalinismo e uma crítica contundente ao estruturalismo, bem como sua fidelidade à tradição marxista e ao materialismo histórico como método historiográfico. Era o processo de formar-

⁶ Ver: SHARPE (1992) e DESAN (2001).

⁷ Ver a respeito em: HOBSBAWM (1998, p. 193-200).

se da classe com vistas à transformação social que estava no seu horizonte⁸.

Em *A miséria da teoria*, ensaio publicado pela primeira vez em 1978,⁹ Thompson critica os teóricos (de parsonianos a stalinistas) que tratam “a história como ‘um processo sem sujeito’” e afastam “a agência da história” (THOMPSON, 1981, p. 102)¹⁰. É por meio da sua dura crítica ao estruturalismo althusseriano, de suas reflexões sobre o estruturalismo e o método dialético, que ele apresenta, de forma mais sistematizada, como pensa a história e a historiografia, para a qual a relação entre os conceitos e as evidências requer uma “lógica histórica”, “um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação, etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (‘instâncias’, ‘ilustrações’)” (THOMPSON, 1981, p. 49). De acordo com essa *lógica*, os conceitos e as categorias do materialismo histórico e da boa prática dos(das) historiadores(as) devem ser entendidos como “categorias históricas”. Ali, Thompson apresentou sua concepção dialética do conhecimento histórico.

Nesse ensaio, a crítica que Thompson faz à obra de Louis Althusser, e por meio dele ao estruturalismo, é ainda uma crítica ao intelectual marxista que Althusser era, de modo que seu texto é também uma proposição de uma nova concepção de práxis, inclusive da práxis intelectual.¹¹ Assim, num jogo meta-histórico, a ação do sujeito-objeto e do(a) historiador(a) são fundamentais no entendimento dos processos de transformação e conservação das estruturas e da sociedade, somente inteligíveis numa temporalidade plural, histórica.

É sob o escrutínio da evidência no contexto que Thompson mira a *experiência*, categoria fundamental para sua crítica ao estruturalismo. A categoria experiência possibilita uma saída à armadilha do estruturalismo – não apenas althusseriano –, que desconsidera a ação dos sujeitos na história e tende a reduzir todos os acontecimentos sociais ao econômico, na medida em que permite compreender mulheres e homens

não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

E mais,

as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos (...). Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (THOMPSON, 1981, p. 189).

⁸ Ver a respeito em: MATTOS (2012).

⁹ No Brasil, a primeira edição é de 1981.

¹⁰ Segundo Müller (2007, p. 99), a crítica desenvolvida em *Miséria da Teoria* tem endereço certo: o estruturalismo de Louis Althusser (“o Aristóteles do novo idealismo marxista”). Para ele, Thompson “considera o marxismo estruturalista althusseriano uma forma de stalinismo; uma conciliação teórica entre a sociologia funcionalista (em particular a de Talcott Parsons e Neil Smelser) e os postulados de Spinoza, e um divórcio epistemológico entre fato e valor, similar às práticas do utilitarismo. Ademais, discute e refuta alguns dos principais eixos temáticos da obra de Althusser, como suas críticas ao historicismo, ao humanismo e ao moralismo (as hipóteses de Althusser para suas críticas à história)”. Em *Miséria da Teoria*, conforme Müller, Thompson “tece objeções a esses aspectos, nomeados por Thompson como ‘os ogros de Althusser’”.

¹¹ Ver sobre em: NILSON (2011).

Para Thompson, mulheres e homens não são “vítimas acidentais da história” (THOMPSON, 1987-a, p. 13), e sua ênfase no papel ativo desses sujeitos se dá por meio dos conceitos de “experiência” e de “cultura”, os quais lhe permitiram explicar como as relações de produção podiam produzir classes, muito embora isso não significasse negar as pressões determinantes das relações de produção, mas afirmar que o modo como elas operam é uma questão histórica, empírica. Para ele, é por meio da categoria experiência que se “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos interrelacionados ou a *muitas repetições* do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p. 15. Grifos da autora). É frente às experiências que “velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença” (THOMPSON, 1981, p. 17). Aqui, observamos como as noções de história e estrutura são operadas na chave da pluralidade dos tempos históricos, da mudança e da estrutura de repetição. Aliás, segundo Hobsbawm (1998), a pluralidade dos tempos históricos e a estrutura – a *longue durée* – como dimensão constitutiva essencial desses tempos -, são heranças da escola dos *Annales* que os historiadores marxistas britânicos consideram fundamentais para o conhecimento histórico, sem a qual, portanto, não é possível compreender a *lógica* da abordagem thompsoniana.

À propósito da crítica de Thompson ao estruturalismo, há anunciada a seguinte advertência: “há uma confusão entre a noção de estrutura e *estruturalismo*. Estruturas (social, econômica, conceptual)” - alerta o historiador -

não são descobertas das últimas décadas, com o precursor solitário em Karl Marx. Logo que falamos sobre ‘organização’ (ou ‘organismo’), sobre ‘sistema’, sobre ‘leis’ da oferta e procura ou sobre ‘instituições’ (e sobre ‘funcionários’), estamos falando de estrutura, e provavelmente também estaremos falando sobre as maneiras pelas quais o comportamento humano é regulado, ordenado, limitado e determinado. Essa noção, e a exploração teórica e empírica dessas estruturas, nos acompanham há muitas gerações. Assim, longe de ser uma noção revolucionária, ela foi, com frequência – quando levada pelos praticantes até o mais extremo ‘rigor’ teórico – uma noção profundamente conservadora, já que tende a ver os homens e as mulheres como fixados em ‘estações’, ou escalas de ‘posições’, sujeitos a ‘leis’ (de Smith ou de Malthus), com ‘papéis’ atribuídos, ou como momentos de conformidade ou desvio dentro de um consenso ulterior.

Isso não é, em nenhum sentido, alegar que a noção é inverídica ou reacionária em si mesma, embora quando transferida ilegitimamente da estrutura ao *estruturalismo*, sempre seja as duas (THOMPSON, 1981, p. 164. Destaques em itálicos do original e negritos da autora).

É dentro dessa *lógica* que Thompson vai estudar o fazer-se da classe operária inglesa. Para ele, a

classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. *A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram, ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.* Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a

consciência de classe (THOMPSON, 1987-a, p. 10. Grifos da autora).

Essas palavras, que constam da *Formação da Classe Operária Inglesa*, iniciada por uma longa discussão a respeito d'*A Árvore da Liberdade*¹², ou o patrimônio de ideias antimoniais e de costumes em comum compartilhados por trabalhadoras e trabalhadores ingleses, apontam para sua concepção de estrutura na história. Daí que temos a aproximação de Thompson dos estudos do folclore e da antropologia, que lhe permitiram acessar outros sujeitos, rituais e normas partilhados, seus valores, sua *cultura* – que, em geral, não eram capturados pelos registros oficiais, seja por serem silenciados ou despercebidos (2001). Era a *tradição* rebelde dos *de baixo*, dos *subalternos*, que ele buscava, um “traço de autonomia” que fosse, nas palavras de Antônio Gramsci, um interlocutor em alguns de seus textos.¹³ Estava no seu fazer historiográfico uma reflexão sobre fontes e metodologia que permitiriam acessar a “cultura”, o “costume” dos “populares”.

Mas não se trata de uma ideia de *cultura* que supõe consenso e estabilidade. Para Thompson, trata-se de um

conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de instrumentos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um —sistema. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto (THOMPSON, 1998, p. 17).

Como se percebe, a crítica de Thompson é direcionada àqueles que viam a cultura a partir do ponto de vista do simbólico, “como sistema de atitudes, valores e significados compartilhados” (THOMPSON *apud* BURKE, 1998, p. 17). Atento à relação entre história e estrutura, bem como às evidências e sua relação com os conceitos, ao estudar a “cultura popular” no século XVIII inglês, Thompson afirmou em *Costumes em Comum* (1998) ter constatado “um paradoxo característico daquele século: ‘uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, *rebelde*’” (p. 19, grifo do original). Esse aparente paradoxo é inteligível, na perspectiva thompsoniana, à luz de uma “tradição de crítica ativa do materialismo histórico” (MATTOS, 2012). É a evidência no contexto que permite essa inflexão, na permanência sugerida pela tradição ele observa um campo para a disputa e a mudança.

A aproximação com a Antropologia, portanto, não foi sem reservas e algumas ponderações sobre como ela estabeleceu uma (não) relação entre o objeto-experiência humana e a temporalidade-história. Em *Folclore, Antropologia e História Social* (2001), Thompson ressalta um campo de possibilidades aberto pela Antropologia, mas reclama a necessidade de contextualização para enfrentar o “problema do anacronismo” que recai sobre as análises sincrônicas. Por isso ele adverte quanto a uma certa influência

¹² THOMPSON (1987a). Trata-se do primeiro volume da obra, que é composto de 3 na publicação brasileira.

¹³ Gramsci aborda esse aspecto ao refletir sobre a “as classes subalternas”. Destaco, especialmente o *Caderno 25 – Às margens da história (A história dos grupos sociais subalternos)*, no qual ele apresenta algumas características e elementos históricos de tais grupos, apontando para um programa de pesquisa que dê conta dessas experiências, para o qual as práticas folclóricas dos de baixo é um meio de acessá-las e acessá-los. Aliás, tais reflexões estão muito próximas, do ponto de vista desse programa, do desenvolvimento do conceito de *hegemonia*, ao qual Thompson faz referências e toma de empréstimo para suas reflexões sobre cultura e luta de classes. As referências a Gramsci aparecem em alguns textos, dos quais destaco: THOMPSON (1981; 1998 e 2001). A influência de Gramsci sobre a historiografia britânica é destacada por Hobsbawm (1998, p. 197). Sobre o *Caderno 25*, ver Gramsci (2002). Destaco ainda que a influência desse texto sobre a micro-história italiana não escapou à análise de Lima (2006).

antropológica sobre as(os) historiadores(as) sociais: “quando examinamos uma cultura consuetudinária tais perguntas [que visam recuperar os costumes perdidos e as crenças que os embasavam] podem, frequentemente, referir-se menos ao processo e à lógica da mudança e mais à reconstituição de estados passados de consciência e à textura das relações domésticas e sociais” (THOMPSON, 2001, p. 234). Thompson está mais atento, portanto, a esse *processo e lógica da mudança* e menos à taxonomia das relações sociais ou às estruturas mentais que se pretendiam imutáveis. É daí que observamos a sua atenção ao conflito, à “situação” ou “episódio” “atípico” como “modo de descobrir normas surdas” (THOMPSON, 2001, p. 235). Aqui, Thompson evidencia a dialética da sua análise: o *atípico* e a *norma*, duas temporalidades, uma na outra, acessadas por meio do *conflito* e somente inteligíveis no *contexto*, duas outras temporalidades.

Na sua aplicação do materialismo histórico, o historiador inglês mira no que os(as) antropólogos(as) “chamariam de sistemas de valores” e, para tal, pondera sobre a metáfora base e superestrutura estabelecendo outro tipo de relação entre elas, atento às

reflexões de tipo cultural e moral, aos modos em que o ser humano está imbricado em relações especiais, determinadas, de produção, o modo em que essas experiências materiais se moldam em formas culturais, a maneira em que certos sistemas de valores são consoantes com certos modos de produção e relações de produção são inconcebíveis sem sistemas de valores consoantes. *Um não depende do outro*. Não existe uma ideologia moral pertencente a uma superestrutura, *o que existe são duas coisas que constituem as faces da mesma moeda*. (MATTOS, 2012, p.188 *apud* THOMPSON, 1979a, p. 315. Grifos da autora).

É a partir dessa relação com a antropologia que se estabelece um campo importante de análise da *classe* e da *luta de classes* na História: uma *história social* que se dedica à *experiência* (“classe em si”) e à *consciência de classe* (“classe para si”) e da relação entre ambas, cuja investigação se dá no âmbito do que Thompson chama de “ambivalência dialética” entre uma determinada base material e uma superestrutura imaterial (THOMPSON, 2001, p. 252). Em arremate dessa questão, destaco uma passagem de *Costumes em Comum*, quando, ao analisar a hegemonia da *gentry* – a classe dominante – na Inglaterra do século XVIII e os conflitos no interior desse processo, ele escreveu que “a briga pela autoridade simbólica pode ser vista não como um modo de representar brigas ‘reais’ inconfessadas, mas como uma briga real em si” (1998, p. 70). De modo que, nessa passagem, temos uma síntese de como ele estava operando com as categorias “real” – de uma História Econométrica - e “simbólico” – da Antropologia – a fim de explicar os processos de dominação e resistência no âmbito da *luta de classes*, onde a história é capaz de análise e de intervenção por meio da *agência de sujeitos* – no plural –, que são capazes, inclusive, de transformá-la.

Por fim, interessa aqui ponderar acerca dos impactos dessa abordagem sobre a historiografia de tradição marxista, notadamente para o campo da história social. Para Thompson, a *classe* é *processo* – na medida em que é “definida pelos homens enquanto vivem sua história” (THOMPSON, 1987-a, p. 12) – e é *relação*, pois “as formações de classe e a consciência de classe (embora sujeitas a determinadas pressões) se desenvolvem num processo inacabado de *relação* – de luta com outras classes – no tempo” (THOMPSON, 1981, p. 121). Nesse sentido, retomando a metáfora do *motor da história*, apesar de ponderar quanto ao sentido mecânico que ela mobiliza, ele é categórico em relação ao imperativo da *história* das classes: “a luta de classes é o processo (ou parte dele) e as classes em luta são o corpo (ou parte dele). Vista sob esse aspecto, a história é o seu

próprio motor” (THOMPSON, 1981, p. 123, grifos da autora). Não sendo, portanto, “a história apenas processo, mas *processo com regularidades e formas inteligíveis*”, mas não “programada” (THOMPSON, 1981, p. 102, grifos da autora).

Nesses termos, a história é entendida como processo estruturado, no qual Thompson destaca o espaço da ação humana e seu aspecto dinâmico. Ocorre que essa concepção de processo estruturado, que é sujeito a pressões, só é possível a partir da sua reelaboração do conceito de determinação, entendido em seus sentidos de “estabelecer limites” e “exercer pressões”, e da noção de “leis de movimento”, entendidas como “lógica do processo” (Cf. THOMPSON, 1981, p. 176-177). É nessa concepção que está contido o projeto thompsoniano que visou retirar a ação das classes subalternas da “imensa condescendência da posteridade” (THOMPSON, 1987-a, p. 31), relegada às antigas superstições, à irracionalidade, à subjugação da hegemonia da classe dominante e, quiçá, à subordinação permanente. É aqui que encontramos uma tradição de história social que, ao priorizar os “traços de autonomia” dos subalternos e as suas diversas formas de resistir às pressões *dos de cima* em suas diversas circunstâncias, também reafirma o materialismo histórico, inclusive politicamente.

Nessa abordagem, a *práxis* social contém a verve revolucionária e passa a ser analisada como uma expressão de um grupo social que tem origem numa relação mais complexa que a relação capital-trabalho, mas que se constitui por essa relação atravessada por um sistema de valores e símbolos, de uma cultura compartilhada e através da qual se forjam uma identidade de pertencimento e uma identidade de interesse que se organizam e se realizam no conflito. Do mesmo modo, o processo de dominação é igualmente complexo, também vai além daquela relação capital-trabalho, é operado no campo da economia, do Direito positivo e/ou consuetudinário, da política, dos valores, do paternalismo (para pensar nos seus estudos do século XVIII), da cultura e se expressa na forma de *hegemonia*. É à luz dessas reflexões que Thompson vai criticar uma noção de cultura holística ou ultraconsensual, desencarnada e sem contexto. Para ele, as análises das “normas surdas” (a lógica-leis-estruturas que estão por trás da produção simbólica humana) não podem prescindir do *conflito* – que informam as dinâmicas de mudanças e conservação – e, tampouco, do contexto – que informa a historicidade das experiências humanas, no seu caso, da *experiência de classe*. Há, portanto, uma aproximação e certa desconfiança acerca da metodologia antropológica.

Sahlins e a estrutura histórica

É num diálogo com essa tradição marxista e com o materialismo histórico que encontramos Marshall Sahlins e sua crítica ao estruturalismo, mas ele próprio nos alerta quanto ao seu grau de interlocução:

minha história não pode pretender-se marxista, mas comporta as mesmas premissas mínimas e suficientes: que homens e mulheres são seres sofredores porque, ao mesmo tempo em que agem em relações mútuas, atuam também num mundo que tem suas próprias relações (SAHLINS, 2008, p. 17-18).

Segundo Steven Schwartzman (2018, p. 270-271), em *Historical metaphors and mythical realities: structure in the early history of the Sandwich Islands Kingdom*, publicado em 1981¹⁴, Sahlins já “tenta uma síntese abrangente da história e da teoria antropológica, a

¹⁴ A tradução no Brasil, que foi utilizada neste trabalho, é SAHLINS, 2008.

qual é vista por muitos como anti-histórica e totalizante”, ampliando e defendendo “o programa estruturalista iniciado em *Cultura e Razão Prática* [publicado originalmente em 1976]”. E, “mais uma vez, a ideia central é clara – o estruturalismo, há muito criticado como ahistórico e acusado de reduzir a ação individual à execução de uma estrutura, de fato, pode lidar tanto com a ação como com a mudança” (2018, p. 271). O problema teórico colocado por Sahlins em suas obras era, portanto, que a noção de estrutura da antropologia estrutural baseava-se no modelo da língua de Saussure, e esse estruturalismo saussuriano “privilegia o sistema em detrimento do evento, e a sincronia no lugar da diacronia” (SAHLINS, 2008, p. 19).

Em *Cultura e Razão Prática* (2003), os argumentos se desdobram em dois planos: no primeiro, a “razão prática” e “cultura” são noções polares, e agregam posições diversas nas ciências humanas e na antropologia em particular, pelo menos desde o século XIX até o século XX, e, no segundo, pretende-se a superação do dualismo, proposto como ponto de partida para o caminho que Sahlins percorre – dos debates entre intelectuais acerca dos termos e seus significados epistemológicos – ao mesmo tempo que defende sua concepção: a razão simbólica é a qualidade específica da experiência humana, cuja condição de existência é a significação.

Colocado o problema do estruturalismo saussuriano, Sahlins, em *Ilhas de história* (1987), traz importantes reflexões acerca da relação entre estrutura e história por meio de uma epistemologia de aproximação entre antropologia e história a partir do conceito antropológico de cultura. Para ele, aquilo que os(as) antropólogos(as) chamam de *estrutura* constitui, na verdade, um objeto histórico. Diz o autor (1987, p. 19): “o problema agora é de fazer explodir o conceito de história pela experiência antropológica da cultura. As consequências, mais uma vez, não são unilaterais; certamente uma experiência histórica fará explodir o conceito antropológico de cultura – incluindo a estrutura”. Aqui a história é ordenada culturalmente – “organizada por estruturas de significação” (SAHLINS, 2008, p. 27) – e a cultura alterada historicamente na ação dos sujeitos, agentes da história. Nessa “teoria da história”, a estrutura está em ação.

Segundo Schwarcz (2001, p. 128), Sahlins pretende “dar história à estrutura” e, para tanto, atenta para a ação, mesmo nas cosmologias – reordenadas historicamente –, o que implica uma nova noção de *estrutura histórica*, estrutura *da* e *em* ação. Para Sahlins (1990, p. 9), “os homens em seus projetos práticos e em seus arranjos sociais, informados por significados de coisas e de pessoas, submetem as categorias culturais a riscos empíricos. Na medida em que o simbólico é, deste modo, pragmático, o sistema é, no tempo, a síntese da reprodução e a variação”. Nessa *teoria* está contida a seguinte advertência: se a análise estrutural/semiótica “for expandida à antropologia geral com base no modelo de sua pertinência à língua [modelo de Saussure], então aquilo que se perde não é apenas a história e a mudança, mas também a prática — ação humana no mundo” (SAHLINS, 2008, p. 24).

Para Sahlins, as estruturas são históricas, cujo caráter temporal está na diacronia, de forma que a estrutura e o evento estão inseparavelmente ligados. Na concepção desse autor, o *evento* é uma interpretação do acontecimento que se dá por meio de um sistema simbólico, e, na medida em que acontecimentos são signos, a história – a experiência humana no tempo – pode ser organizada por estruturas de significado.

Atento à potência da ação humana enquanto elemento de transformações sistêmicas – posto que expõe as categorias culturais e a ordem simbólica à experiência, aos projetos e arranjos sociais –, Sahlins dá ênfase à historicidade das estruturas que, para ele, é informada pelas dinâmicas de reprodução e transformação no interior dos sistemas. Essa

exposição das categorias na ação exige, necessariamente, a sua transformação mesmo quando se pretende reprodução, pois a reprodução da cultura pela ação impõe às categorias o “risco contingente” da alteração para dar conta da experiência humana. É, pois, o caráter mutável do simbólico, as “atualizações” circunstanciais dos signos e dos significados transformando o sistema, que está no centro da sua reflexão.

Em *Ilhas de história* (1987), por exemplo, Sahlins analisou os impactos da chegada de James Cook, capitão da Marinha Real inglesa, às ilhas havaianas, durante o século XVIII. Para o autor, a experiência de Cook comprovou que o mundo não é obrigado a obedecer à lógica pela qual é concebido, e mostrou ainda que a transformação de uma cultura é também um modo de sua reprodução. Podemos perceber nesse estudo um clássico exemplo da *teoria* do autor acerca das relações entre estrutura e evento, ou sua “teoria da história”. Vejamos:

Essa colisão de havaianos não é somente um paradigma, mas também resume uma possível teoria da história, da relação entre estrutura e evento, que se inicia com a proposição de que as transformações de uma cultura também é um modo de sua reprodução. Cada qual à sua maneira, chefes e povo reagiam ao estrangeiro de acordo com suas autoconcepções e seus habituais interesses. As formas culturais tradicionais abarcavam o evento extraordinário e recriavam as distinções dadas de status, com o efeito de reproduzir a cultura da forma que estava constituída. Porém (...) o mundo não é obrigado a obedecer à lógica pela qual é concebido. As condições específicas do contato europeu deram origem a formas de oposição entre chefia e pessoas comuns que estavam previstas nas relações tradicionais entre elas. Temos aqui, então, a segunda proposição de nossa possível teoria da história: no mundo ou na ação – tecnicamente, em atos de referência – categorias culturais adquirem novos valores funcionais. Os significados culturais, sobrecarregados pelo mundo, são assim alterados. Segue-se então que, se as relações entre as categorias mudam, a estrutura é transformada. (SAHLINS, 1990, p. 174. Grifos da autora).

Aqui, o autor sugere que a história não pode ser confundida com mudança, como se a persistência da estrutura no tempo não fosse histórica: “[...] a história havaiana certamente não é a única em demonstrar que a cultura funciona como uma *síntese* de estabilidade e mudança, de passado e presente” (SAHLINS, 1990, p. 180). Para Sahlins, toda mudança prática é uma reprodução cultural em ação. E toda reprodução da cultura é uma alteração, pois na ação as categorias culturais assimilam um novo conteúdo empírico, adaptando-se. A mudança é, portanto, um ato malgrado de reprodução. Assim, as categorias culturais — signos — usadas pelas pessoas para interpretar os eventos podem assumir, não apenas novos conteúdos, mas também novas relações entre si, de modo que ordens culturais diversas têm modos próprios de produção histórica, pois como cada ordem reage a um evento faz dialogar o contexto imediato com as estruturas culturais anteriores, numa espécie de síntese entre estrutura e conjuntura, a “estrutura da conjuntura” (SCHWARCZ, 2001, p. 129)

Sahlins pretendeu, pois, um olhar sobre as mudanças de significação das relações existentes por meio da ação, de modo que o sistema é transformado porque a ação humana transforma os significados das categorias culturais e da cultura. A ação contém e está contida nas continuidades e descontinuidades estruturais, concepção que orienta para uma epistemologia da transformação social. Nesse sentido, a ação-práxis é mais que *motor* da história, é a história. No entanto, se por um lado essa perspectiva dá ênfase à mudança sistêmica por meio da ação humana, por outro minguia a potência transformadora das contradições internas ao sistema, como a *luta de classes*, por exemplo. Nessa abordagem,

é a interação no evento que altera a ordem simbólica e a história da sociedade.

À propósito da aproximação

Pretendi, neste texto, entender como E. P. Thompson e Marshall Sahlins pensa(ra)m e operaram a relação entre história e estrutura a partir da importância atribuída por ambos os autores à experiência, à ação prática dos sujeitos na história. Essa discussão floresceu nas ciências humanas e sociais sobretudo na década de c.1970, em resposta ao estruturalismo. Em ambos há uma evidente crítica ao estruturalismo, mas também um claro reconhecimento das estruturas que, em suas análises, são históricas porque submetidas ao risco contingente da ação, às experiências humanas, aos movimentos da dialética.

Sobre essa ação prática, conforme destacou Ortner (2011, p. 447), tanto Sahlins quanto Thompson se opõem a uma visão parsoniana ou saussuriana, “na qual a ação é vista como mera encenação ou execução de regras ou normas (...)”, e “parecem concordar também sobre o fato de que um tipo de ‘voluntarismo’ romântico ou heroico, que enfatiza a liberdade e a inventividade relativamente irrestrita dos atores, também não serve” à transformação e, tampouco, à inteligibilidade da mudança estrutural-sistêmica, como aponta Thompson (1981). A desconfiança de Thompson em relação à antropologia simbólica como instrumento de análise da história social passa, portanto, pela sua preocupação com a transformação histórica, a particularidade contextual e o cuidado empírico, além da consciência dos conflitos de classe. Na sua historiografia, há uma interação dialética entre *experiência* e *consciência social*, notadamente “dos de baixo”. No entanto, se de um lado a “lógica histórica” em Thompson visava conter o impulso estruturalista e defender a práxis no sentido marxista, em Sahlins, a sua “teoria da história” buscava entender mais por que as pessoas agem ou escolhem agir de determinada forma dentro de determinado sistema do que identificar seu modo de funcionamento, regras, normas, leis, dentre outros.

Nesses autores, as reações ao estruturalismo nos anos de c.1970 - c.1980 retomam o debate teórico-metodológico em torno do desenvolvimento do capitalismo na Europa, inaugurado nos anos c.1950, a partir do famoso debate Sweezy-Dobb, qual seja: se as contradições internas ou causas externas levaram à dissolução do feudalismo e a transição ao capitalismo¹⁵.

Na abordagem de Sahlins, dos encontros-confrontos interculturais e intersistêmicos, as forças externas adquirem maior centralidade nos processos de transformações, ao contrário de Thompson, para o qual, as contradições internas ao sistema são fundamentais nos processos de mudanças sistêmicas e, por isso sua atenção na classe operária na Inglaterra, visto que à classe trabalhadora é atribuída a potência da ação¹⁶. Já Sahlins enfatiza as mudanças de significação das relações existentes, de modo que a *prática* no *evento* – a *prática em ação* – transforma o sistema porque transforma os significados das categorias culturais. Na abordagem do antropólogo contém, portanto, uma crítica ao materialismo histórico.

Para Ortner (2011), Sahlins tenta uma reconciliação entre Marx e Weber, o materialismo e o idealismo, de onde decorre algumas ambiguidades em relação à sua crítica ao estruturalismo. Nessa perspectiva, na crítica de Sahlins ao determinismo econômico – “a

¹⁵ Um balanço do debate entre Maurice Dobb e Paul Sweezy pode ser visto em Mariutti (2004).

¹⁶ Muito embora, no caso da abordagem de Thompson, os historiadores Linebaugh e Rediker apontem críticas acerca de um certo abandono do contexto internacional, especialmente o Atlântico, para o crescimento e desenvolvimento da classe trabalhadora inglesa e da sua “tradição” antimoniana que, segundo Linebaugh, é um problema que “está intimamente ligado ao problema da continuidade”. Para a citação, ver: LINEBAUGH (1983, p. 10). A esse respeito ver ainda: LINEBAUGH e REDIKER (2008, p. 109-114); e LINEBAUGH (1981).

cultura é historicamente reproduzida na ação” (SAHLINS, 1987, p. 7) – estaria contida outra ordem de (auto)determinação: apesar de descartar o realismo ontológico do materialismo histórico, ao estabelecer a sua relação entre o material e o cultural, Sahlins acaba invertendo a determinação quando defende que um modo de produção em si mesmo não poderá especificar nenhuma ordem cultural até que a sua própria ordem de produção seja culturalmente especificada. Aqui, a produção é reprodução de um modo de vida, mas ocorre que, para ele, um modo de produção é a forma relativa de uma necessidade absoluta, ou seja, uma maneira histórica particular de suprir necessidades humanas, de modo que são essas necessidades que justificam e definem o modo de produção de uma dada sociedade¹⁷. Enquanto isso, na crítica ao estruturalismo, Thompson faz uma defesa do materialismo histórico. Para ele, é na articulação entre experiência e cultura que se constrói um meio de compreensão da relação entre as determinações objetivas do ser social e as possibilidades de transformação contidas na ação humana.

Assim, à propósito da aproximação entre E. P. Thompson e Marshall Sahlins pretendida neste artigo, a centralidade na *ação-experiência-dos-sujeitos* que informa sobre o *acontecimento-evento-atípico-singular* e as *estruturas de repetição* na história os aproximam, mas o materialismo histórico, do qual decorre uma concepção de práxis diversa, os aparta. E é na pluralidade temporal da história que eles se encontram.

Referências

- DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. 2. ed. São Paulo: Martins fontes, 2001, p. 63-96.
- EVANS-PRITCHARD, Edward E. Antropología e Historia. In: *Ensayos de Antropología social*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1990.
- FABIAN, Johannes. Nosso tempo, o tempo deles e nenhum tempo: a coetaneidade negada. In: *O tempo e o outro: Como a Antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere* – v. 6. Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. História e etnologia [1949]. In: *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008 [1958], p. 13-40.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. História e etnologia, apresentação de Vanessa Lea. *Textos Didáticos*, n. 24, IFCH/UNICAMP, 2004 [1983].
- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LINEBAUGH, Peter. What if C.L.R. James Had Met E.P. Thompson in 1792? In: *Urgent Tasks*, n. 12, summer 1981. Disponível online em: <http://sojournertruth.net/epthompson.html> Acessado em: 13/04/2022.

¹⁷ Essas questões e outras sobre a relação base/superestrutura também podem ser lidas em SAHLINS (1994).

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico Revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LINEBAUGH, Peter. Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH; Editora Marco Zero, ano 3, n. 6, p. 07-46, 1983.

MARIUTTI, Eduardo Barros. *Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo, Editora Hucitec, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MÜLLER, Ricardo G. Revisitando E. P. Thompson e a Miséria da Teoria. *Diálogos* (Maringá. Impresso), v. 11, p. 97-136, 2007.

NILSON, Diego Hernandés. Breve discussão sobre o conceito de práxis na obra de E. P. Thompson. *Em Tese: Revista Eletrônica dos pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 8, n. 2, p. 19-34, 2011.

ORTNER, Sherry. Teoria na antropologia desde os anos 60. *Mana*, v. 17, n. 2, p. 419-466, 2011.

ROSA, Pablo O. Experiência e Cultura: Uma possível aproximação entre Antropologia, Sociologia e História em E. P. Thompson e Marshall Sahlins. *Veredas da História*, v. 2, n. 1, 2009, s/p.

SAHLINS, Marshall. Cosmologies of Capitalism: the trans-pacific sector of "the world system". In: DIRKS, Nicholas; ELEY Geoff; ORTNER, Sherry B. (eds.). *Culture, Power, History*. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 412-455.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2003.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1987.

SAHLINS, Marshall. *Metáforas históricas e realidades míticas: estruturas nos primórdios da história do reino das Ilhas Sandwich*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. História e Etnologia. Lévi-Strauss e os embates em região de fronteira. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 42, n. 1-2, p. 199-222, 1999.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Marshall Sahlins ou por uma antropologia estrutural e histórica. *Cadernos de Campo*, n. 9, p. 126-133, 2001.

SCHWARTZMAN, Steven. Estrutura e história. *Anuário Antropológico*, v. 8, n. 1, p. 270-282, 2018.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62.

SILVA, Fernando Teixeira da. Histórias e Ciências Sociais: zonas de fronteiras. *Revista de História*, v. 24, n. 1 p. 127-166, 2005.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1: A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987a.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 2: A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria*. Ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward P. Folclore, antropologia e história social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp: 2001 [1977], p. 227-267.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELOS, Eduardo H. B.; FRANKLIN, Ruben M. E. P. Thompson, a *New Left* e a dialética da liberdade/necessidade histórica. *Opsis*, v. 19, n. 2, p. 01-15, 2019.

Notas de autoria

Flaviane Ribeiro Nascimento é doutoranda em História pela Universidade Federal da Bahia e professora de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). E-mail: flavianeribeiro@ifba.edu.br

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. Estrutura e história. A 'lógica histórica' nas abordagens de E. P. Thompson e a "teoria da história" de Marshall Sahlins. *Sæculum – Revista de História*, v. 27, n. 47, p. 177-190, 2022.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 14/04/2022.

Modificações solicitadas em 20/07/2022.

Aprovado em 22/10/2022.